

**Sábado, 17 de Agosto de 2013**

Ano XIX - Edição N.: 4374

Poder Executivo

**Secretaria Municipal de Políticas Sociais - CMDCA**

## **ATA DA 3ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE 08 DE JULHO DE 2013**

No dia oito do mês de julho de dois mil e treze, no auditório da Casa dos Conselhos, situado à rua Eurita, 587, bairro Santa Tereza, foi realizada a terceira sessão plenária extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA/BH. Estiveram presentes: 12 (doze) conselheiros representantes do Executivo, 11 (onze) conselheiros representantes da sociedade civil, convidados, colaboradores, observadores e integrantes da Secretaria Executiva do CMDCA/BH. A lista com os nomes e assinaturas dos participantes, justificativas de ausência e materiais referentes às matérias encontram-se anexos a esta ata. Às 14h16min horas a conselheira Cidlene Castro de Souza procedeu a primeira chamada, na qual constituiu-se o quórum de 18 (dezoito) conselheiros, sendo 9 (nove) governamentais e 9 (nove) representantes da sociedade civil. A presidente Márcia Cristina inicia a sessão agradecendo a presença dos conselheiros, colaboradores e visitantes. A seguir, a proposta de pauta foi apresentada e aprovada por unanimidade, considerando a inclusão de dois Planos de Trabalho, sendo estabelecidos os seguintes pontos: 1º- Informes e Encaminhamentos e 2º- Matérias da comissão de Fundo, Orçamento e Recursos Públicos: a) Análise do PPAG-Fundo 2014-2017; b) Análise de Planos Trabalho e Apresentação do valor dos 10% das receitas do FMDCA para aplicação no acolhimento sob a forma de guarda; c) Atualização de prioridades para o plano de aplicação do FMDCA-2013; d) Apresentação da Análise do 1º quadrimestre do OCA. Após aprovação da pauta, passa-se ao 1º PONTO - Informes e Encaminhamentos: A presidente Márcia Cristina dar início aos informes apresentando o ofício do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA que trata da campanha e com manifesto do Conselho Nacional da Juventude - CONJUVE em defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente e contrário à redução da maioridade penal. A presidente apresentou aos conselheiros o abaixo-assinado o qual deverá ser entregue em Brasília até agosto e as assinaturas serão colhidas até o dia 20 de julho. Em seguida, Márcia Cristina informa que estão sendo impressas 500 (quinhentas) cópias do ECA na gráfica da PBH e serão distribuídos em comemoração ao dia 13 de julho, o aniversário de 23 anos do ECA. A distribuição ocorrerá por meio da parceria do CMDCA/BH com os Correios para entrega do livreto em escolas, hospitais e outros locais estratégicos, juntamente com uma carta de apresentação. A presidente informou que o Conselho recebeu a Portaria nº 01/2013 da Vara Cível da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte, que disciplina a fiscalização, a apuração de responsabilidade administrativa e aplicação de sanções administrativas por qualquer forma de fornecimento de bebida alcoólica, tabaco ou outras substâncias proibidas a crianças ou adolescentes. Esse documento será enviado a todos os Conselheiros via email. Márcia Cristina comunica ainda, que o CMDCA recebeu do Secretário Municipal Adjunto de Assistência Social-SMAAS, Sr. Marcelo Alves Mourão, 5 (cinco) cadernos referentes ao modelo de intervenção física e recomendações para as unidades de acolhimento institucional. Estes cadernos atendem a solicitação direcionada à SMAAS quanto ao padrão das unidades de acolhimento, encaminhamento da 5ª plenária ordinária do CMDCA, realizada no dia três de junho do corrente ano. Os cadernos serão encaminhados à Comissão de Medidas de Proteção-CMP. A presidente apresenta o convite para a "X Conferência Municipal de Assistência Social", a realizar-se nos dias 26 e 27 de julho. Márcia comunicou que a SMAAS será representada no CMDCA/BH pelas conselheiras Renilde Maria de Oliveira Mascarenhas Nassar (titular) e Renata Silva Daniel Caldeira (suplente). 2º PONTO: Matérias da comissão de Fundo, Orçamento e Recursos Públicos. "a) Análise do PPAG-Fundo 2014-2017" - A coordenadora da comissão e tesoureira do CMDCA, Maria Thereza iniciou a apresentação das matérias da comissão expondo as respostas das secretarias ao CMDCA quanto a inclusão de ações propostas aos seus PPAGs-2014/2017. Em síntese, os destaques das respostas são: a Secretaria Municipal de Governo que propõe ações voltadas ao Projeto Sustentador "Recomeço", com propostas para a política sobre drogas em 2014; a Secretaria Municipal Adjunta de Trabalho e Emprego apresenta propostas para o Programa Voluntários da Cidadania, e cursos de qualificação profissional em parceria com o SINE; a Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania inclui ações voltadas às crianças portadoras de necessidades especiais; a Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial cita ações ligadas ao "Programa de Educação para a Cidadania", "Programa Construindo o Futuro dos Nossos Jovens" e "Patrulha Escolar"; a Secretaria Municipal de Políticas Sociais incorporou as ações indicadas pelo CMDCA/BH, além de outras ações voltadas à promoção e proteção das crianças e adolescentes e, a Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social - SMAAS, respondeu que as ações proposta serão contempladas. A SMAAS comunica que enviou ao CMDCA propostas ao Fundo voltadas às crianças e adolescentes egressos de medidas socioeducativas, em situação de trabalho irregular, acolhimento familiar, campanhas e capacitação da rede de atendimento, entre outras. O Fundo Municipal de Assistência Social também apresentou sua proposta orçamentária voltada a crianças e adolescentes. A conselheira Renilde Maria de Oliveira Mascarenhas Nassar discorreu sobre as propostas da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social para as Repúblicas para Jovens e para as Residências Inclusivas. Márcia Cristina propôs que o CMDCA/BH sugira à SMAAS a inclusão de ações específicas voltadas à Assistência Social, referentes à ampliação de vagas para acolhimento institucional, monitoramento da implantação da ficha de notificação e elaboração de diretrizes para apadrinhamento. A presidente destaca a necessidade de ações voltadas à preparação de Megaeventos nos projetos da SMAAS e SMPS, respectivamente. Márcia Cristina Alves destacou ainda, as propostas enviadas pelas Administrações Regionais ao CMDCA/BH e informou que há uma discussão com o Ministério Público-MPMG sobre as funções e responsabilidades em relação aos Conselhos Tutelares. A conselheira

Ana Christina sugere às propostas da SMAAS, ação voltada para prevenção e atendimento socioeducativo. A conselheira Regina Helena questiona sobre a república de adolescentes, deliberada e não executada pela SMAAS, pergunta se o dinheiro volta para o Fundo. Regina questiona ações voltadas à prevenção de dependência química. A conselheira Cidlene Castro fala sobre o apontamento que o diagnóstico sobre a situação de crianças e adolescentes em unidades de acolhimento e defende que a república para jovens seja uma ação contemplada no PPAG da SMAAS e não retornar com proposta para o recurso do Fundo. A conselheira Eleuza Andrade Veiga destacou a importância do Pro Jovem dentro das propostas da SMAAS e comentou que o atendimento socioeducativo para crianças e adolescentes de seis a quatorze anos desenvolvido pela Secretaria de Educação precisa de mais apoio pedagógico e maior diálogo com a SMAAS. Seguindo a apresentação Maria Thereza, aborda que o Conselho Municipal de Saúde respondeu ao CMDCA afirmando que incluirá em sua proposta uma equipe de referência especializada para atendimento psicológico das crianças e adolescentes vítimas de violência, além de ações definidas no “Plano Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial”. A conselheira Zélia Vasconcelos Cardoso afirmou que a Secretaria Municipal de Saúde já possui uma resposta para o CMDCA/BH, carecendo apenas da aprovação do Secretário Municipal. Zélia fala que as ações propostas pelo CMDCA estão no PPAG da Secretaria de Saúde. A conselheira Karine Suelem fala da criação que está previsto dois novos Centros de Referências em Saúde Mental-CERSAMs, (álcool e drogas). A presidente diz que o CMDCA precisa vai cobrar mais detalhe da Secretaria de Saúde sobre a questão da saúde mental. A Fundação Municipal de Cultura propôs a continuidade dos projetos “Arena da Cultura”, “Brincando na Vila”, além de outras ações em parceria com a comunidade e Centros Culturais. O Conselheiro Adriano Silva Dias fez uma breve apresentação das propostas da FMC para o Orçamento da Criança e do Adolescente. Adriano destacou a importância da parceria entre a Fundação, SMED e SMEL nas ações voltadas à Infância e Juventude em Belo Horizonte. A Conselheira Maria do Rosário de Araújo Trindade informou que as ações da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer já foram acordadas e a resposta do Secretário ao CMDCA já está sendo encaminhada. As Administrações Regionais Leste, Norte e Pampulha destacaram as ações que envolvem os Conselhos Tutelares, conforme diretriz do Programa de Governo - Área de Resultado Cidade de Todos. A PRODABEL em resposta ao CMDCA destacou a proposta quanto ao processo de equipagem dos Conselhos Tutelares. O conselheiro Otaviano Marta Gonçalves Pires, representante da Secretaria Municipal de Educação discorreu sobre os desafios, grandes demandas e prioridade da área e coloca o problema quanto ao fluxo das ações da Secretaria de Educação que não chegaram ao CMDCA. A Secretaria de Educação não seguiu o fluxo e as ações não foram discutidas em tempo hábil para dar o encaminhamento ao CMDCA. A presidente enfatizou a necessidade do posicionamento da SMED em resposta ao CMDCA/BH e questionou à plenária sobre como proceder com as Secretarias que não responderam. A representante a conselheira, Maria Thereza, sugere que o CMDCA oficialize à SMED e agende reunião com a Secretária. Fica definido como encaminhamento às secretarias que ainda não retornaram, de o CMDCA receber respostas também por email e que os conselheiros governamentais buscarão estabelecer fluxos com os respectivos secretários para atenderem demandas do CMDCA. Seguindo a pauta da comissão de fundo, “b) Análise de Planos de Trabalho e Apresentação do valor dos 10% das receitas do FMDCA para o acolhimento sob a forma de guarda”, o conselheiro João Francisco apresenta o parecer da comissão favorável ao conveniamento das seguintes entidades: Fundação Metodista de Ação Social e Cultura, projeto “Bem na Arte”, valor do projeto: R\$5.152,00 (cinco mil, cento e cinquenta e dois reais) e Instituto Educacional Assistencial Nossa Senhora das Neves - IEDUCAN, projeto “Deixa a Arte me levar”, valor R\$2.476,00 (dois mil e quatrocentos e setenta e seis reais). Ambos os planos de trabalhos tem por base legal a Autorização para Captação de Recurso - ACR e o Termo de Parceria considerando a conta nº40.432-2 como fonte de recurso. O parecer da comissão foi aprovado por 17 (dezessete) votos favoráveis e uma abstenção. Em seguida o conselheiro João Francisco apresenta que, considerando o disposto no art. 260, §2º do ECA, a comissão de fundo apurou os valores de 2012 dos quais 10% serão destinados ao acolhimento sob a forma de guarda. O saldo bancário em 31 de dezembro de 2012 era de R\$10.236.202,36 (dez milhões, duzentos e trinta e seis mil, e duzentos e dois reais e trinta e seis centavos) e, portanto 10% deste valor, R\$1.023.620,24 (um milhão, vinte e três mil, seiscentos e vinte reais e vinte quatro reais) precisa ser destinado para o incentivo ao acolhimento sob a forma de guarda. O Promotor de Justiça Dr. Celso Penna Fernandes Junior sugere a criação de uma conta bancária específica para este fim. A conselheira Maria Aparecida Monteiro Oliveira diz que não há impedimento à abertura da conta bancária para fins de acolhimento, mas que o mais necessário ao CMDCA nesse momento, seria definir como esse recurso pode ser bem utilizado, com o apoio a um projeto bem estruturado. O colaborador prof. Paulo Olinto, contador voluntário no Ministério Público-MPMG, fala que não existe impedimento técnico para se abrir outra conta e diz está a disposição para orientação à PBH. Dr. Celso fala que não existe organização no orçamento para o recurso do Fundo o que dificulta o monitoramento de execução dos programas, como o da modalidade II de Famílias Acolhedoras. A presidente confirmou que o mais importante agora é como viabilizar a execução do acolhimento familiar na modalidade dois do programa Família Acolhedora. Márcia Cristina propõe reunião ampliada no CMDCA com representantes do Ministério Público de Minas Gerais, Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social e a CMP. Seguindo a pauta da comissão, “c) Atualização de prioridades para o plano de aplicação do FMDCA-2013”, a conselheira Maria Thereza apresenta a indicações da Comissão de Fundo e Mesa Diretora para as diretrizes prioritárias da aplicação de recurso não comprometidos do FMDCA 2013, total de R\$5.344.840,00 (cinco milhões, trezentos e quarenta e quatro mil e oitocentos e quarenta reais). O Plano de Aplicação dos recursos do FMDCA à deliberar, considera as prioridades definidas nos relatórios do Diagnóstico da Situação da Criança, do Adolescente e do Jovem em Belo Horizonte e as deliberações da VII Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em 2011. O Plano prevê recursos para ações governamentais e não governamentais da Proteção Social Especial e Promoção e Proteção às crianças, adolescentes e suas famílias. A comissão apresenta os encaminhamentos para o financiamento de ações que são: a elaboração de termos de referências pelo CMDCA, elaboração e publicação de editais e monitoramento e avaliação dos projetos e programas a serem aprovados. O colaborador prof. Paulo Olinto, diz que R\$164.000,00 (cento e sessenta e quatro mil) destinados ao pagamento da última parcela do Diagnóstico deveria estar como restos a pagar e diz que isso é um erro técnico de contador. A conselheira Maria Thereza fala que o objetivo da apresentação é didático e se pretende demonstrar os recursos do FMDCA para destacar o recurso à deliberar e demonstrar as prioridades do CMDCA quanto a esse recurso. Maria Thereza diz que a prestação de contas do FMDCA em execução será apresentada em agosto, mas diz que a

Comissão de Fundo acatou a colaboração do professor e irá fazer essa verificação junto à SMAAS, responsável pela contratação. A conselheira Maria Vitória comenta a transversalidade das propostas e parabeniza a apresentação da comissão. Seguindo a pauta da comissão de fundo, o conselheiro Azarias Almir apresenta a proposta da estrutura do PPAG do Fundo para o período de 2014/2017, na qual consta o Programa: "Promoção e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente e suas Famílias e Ações para: "Promoção e Proteção dos Direitos da Criança, Adolescente e suas Famílias" e " Fortalecimento das Diretrizes do ECA". A conselheira Cidlene Castro diz que esta proposta do CMDCA responde ao questionamento do professor Paulo Olinto e MPMG quanto à organização do orçamento para o recurso do FMDCA e a dificuldade de monitoramento de execução dos programas. A conselheira Maria Vitória fala do passo importante do CMDCA com essa matriz para o FMDCA, pois facilita o monitoramento. A conselheira Aparecida Monteiro diz que esse novo modelo que vem de uma longa construção que foi consolidada após um grande estudo, com o objetivo de construir indicadores de monitoramento e acompanhamento. Márcia Cristina diz que a matriz pode ser ampliada para outras vertentes e que é importante ressaltar, nesse modelo a lógica de Sistema de Garantia de Direitos, previsto no ECA. A presidente reconhece que esse modelo é resultado de uma ação compartilhado por Governo e Sociedade Civil participantes do CMDCA. O colaborador do MP professor Paulo Olinto reconhece que, com essa proposta, o CMDCA encaminha uma metodologia de qualidade para apresentação no FUNDO, defende que o CMDCA deverá conhecer o volume de recurso previsto e por fim parabeniza e se diz encantado e contemplado com a proposta. O conselheiro a Azarias Almir conclui a apresentação dizendo que os futuros conveniamentos com recursos do FMDCA corresponderão a essa estrutura. A proposta da nova configuração do PPAG do FMDCA 2014/2017 foi colocada em votação, tendo sido aprovada com 15 (quinze) votos a favor e três abstenções. Em seguida a presidente Márcia Cristina diz que o CMDCA estabelecerá convênios com as Secretarias Municipais para a execução de projetos que apoiem ações com crianças e adolescentes. A Conselheira Regina Helena Cunha Mendes comenta sobre a importância para esse processo, da publicação, no dia 22 de junho, da Portaria de nº Portaria SMPS Nº 012 DE 19 de junho 2013 em que a Secretaria Municipal de Políticas Sociais avoca a competência de gerenciar o FMDCA, o qual estava vinculado à Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. Regina diz que este processo é fruto da necessidade e atende trabalhos que estão por vir. Em seguida a conselheira expõe o último ponto de pauta: e) Apresentação da Análise do 1º quadrimestre do Orçamento da Criança e do Adolescente - OCA , apresentado à comissão pela Secretaria Municipal Adjunta de Orçamento, referente ao 1º quadrimestre de 2013. Regina demonstra a avaliação favorável da comissão sobre o relatório orçamentário, OCA 2013 com um percentual de 28% de execução até o momento, sendo que o eixo "Promovendo Vida Saudável" o com melhor percentual de execução, 33,18%, sendo o principal destaque para o Sub-eixo Saúde, com 23,72% de execução. O eixo "Acesso à Educação de Qualidade" apresentou percentual de execução, com 23,72%. O parecer da Comissão de Fundo é favorável à aprovação da prestação de contas da execução do OCA, relativo ao 1º quadrimestre de 2013.Em seguida a presidente destacou que é a primeira vez que essa avaliação é feita no CMDCA/BH e que o objetivo é construir uma ação que vai incidir no orçamento público. Márcia Cristina diz que o CMDCA precisa avançar na construção desse processo para em seguida monitorar as ações que forem definidas na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Ela sugeriu que os Conselheiros se reúnam para definir quais são as prioridades em relação ao Sistema de Garantia de Direitos e para estudarem como é o processo de prestação de contas do OCA, além de fazerem uma análise governamental, ou seja, estudarem o que está sendo feito pelas políticas públicas. A conselheira Maria Thereza disse que há Secretarias com baixa execução e que é importante que o CMDCA faça o monitoramento das ações governamentais. Thereza parabeniza os analistas de Políticas Públicas Maria Aparecida de Castro Alves e Onofre Andrade pelo trabalho junto à comissão de Fundo e fala da importância de apresentar o monitoramento do OCA no CMDCA. Após, a presidente agradece a todos e encerra a sessão e nada mais havendo a tratar eu, Cidlene Castro de Souza, conselheira e secretária da mesa diretoria do CMDCA, lavrei a presente ata com a colaboração de Roberta Catarina Magalhães, assistente administrativo do CMDCA e Larissa Junho Lima França analista de Políticas Públicas do CMDCA. Esse documento deve ser aprovado em plenária.